INFORMALIDADE DO TRABALHO NO MARANHÃO: bases históricas e expressões atuais*

LABOUR INFORMALITY IN MARANHÃO STATE: historical basis and current expressions

Elder Carvalho dos Santos **
Marina Maciel Abreu ***

Resumo: No presente texto, abordamos a informalidade do trabalho no Maranhão, nos marcos históricos do modelo de desenvolvimento econômico implementado desde os anos 1970/1980 mediante o qual esta unidade da federação insere-se nas estratégias de mundialização do capital na periferia do sistema. Nesta discussão, consideramos a vinculação orgânica entre o Estado e o capital, particularizando a função contraditória das políticas públicas de trabalho e renda em relação à informalização do trabalho.
Palavras-chave: Trabalho. Informalidade. Desenvolvimento econômico no Maranhão. Estado. Políticas de emprego e renda.

Abstract: In this paper we address the informal employment in Maranhao, the landmarks in the economic development model implemented since the years 1970/1980 through which this unity of the federation is part of the strategies for the internationalization of capital in the periphery of the system. In this discussion we consider the organic link between the state and capital, distinguishing the contradictory role of public policies on employment and income in relation to informal work.
Keywords: Labor. Informality. Economic development in Maranhão. State. employment and income.

1 INTRODUÇÃO

Esta discussão sobre a informalidade do trabalho no Maranhão privilegia as duas última décadas, período em que são implementadas no Brasil, sob a orientação neoliberal, medidas de desregulamentação da economia e uma ampla reforma do aparelho do Estado, articuladas ao movimento de reestruturação do capital em crise. Tais processos são impulsionados com a abertura da economia durante o governo Collor (1990-1992) e desencadeiam transformações socioeconômicas, político-institucionais, culturais e sócio-espaciais que aprofundam a heterogeneidade estrutural dos processos econômicos no país.

Segundo Pochmann(2006), a abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira, implementada neste período, propiciou uma inserção passiva e subordinada do país na economia mundial, afetando profundamente o seu crescimento na década de 1990, além de propiciar a destruição de um grande número de ocupações urbanas e rurais existentes, devido, principalmente, à ampliação das importações e da desnacionalização do parque produtivo nacional, dentre outros fatores.

Nesta linha de análise, considera-se com base em Antunes (1998) que as expressões da reestruturação do capital no país vêm causando, por um lado, o desassalariamento, principalmente no setor industrial e fabril; e, por outro lado, tem multiplicado em todos os setores o subproletariado, o trabalho precário e consequentemente a informalidade do trabalho e o número de desempregados.

Essas observações são comprovadas pelos dados do IPEADATA (2009) que demonstram o aumento do desemprego no Brasil do patamar de 3,6% em 1989 para 8,5% em 2007 (tendo pico de 10,48% em 2003), assim como a elevação do número de empregados sem carteira assinada de 51% entre 1989 a 2002. Esta situação fica mais preocupante quando se acrescenta a constatação feita por Mattoso (1999, p.18) em relação à extinção de 3,3

* Trabalho premiado durante o XXI Encontro do SEMIC realizado na UFMA entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2009.
** Estudante de graduação em Serviço Social – UFMA. Aluno bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: elder_ecs@yahoo.com.br.
*** Profa. Dra. Marina Maciel da Universidade Federal do Maranhão. E-mail:maciel.m@uol.com.br.

milhões de postos de trabalho formais durante a década de 1990, sendo que destes 1,6 milhões foram no setor industrial.

Como consequência do desassalariamento, do desemprego e da precarização tem-se o aumento da parcela da população que passa a constituir a reserva da força de trabalho, ou seja, o contingente de trabalhadores excedentes ou supérfluos, relativamente. Nos termos marxistas, trata-se de uma *superpopulação relativa*, para suprir as necessidades da produção, cuja dinâmica tende a não absorver grande parte desse contingente – que passa a compor a massa de desocupados duradouros e miseráveis do sistema. A reprodução de grande parte desse contingente de trabalhadores vincula-se a formas cada vez mais precárias de trabalho, em que se incluem as modalidades ditas "autônomas", "informais", que o capital subordina a seus imperativos.

Deste modo, tem-se como pressuposto que a informalização do trabalho historicamente faz parte da estratégia do capital para reduzir custos da produção; processo aprofundado com a flexibilização econômica dos anos 1990, em que a terceirização constitui uma prática predominante e com ela intensificam-se o trabalho parcial, temporário e subcontratado. É o que se observa com a transferência das atividades produtivas das grandes empresas para empresas subcontratadas, terceirizadas, diretamente subordinadas às primeiras, que controlam as decisões técnicas e econômicas de sua produção. A informalidade do trabalho, portanto, tem possibilitado ao capital uma intensificação ainda maior da expropriação do trabalho excedente, constituindo uma via propícia para a transformação "de todo o tempo do trabalho em trabalho não pago" (OLIVEIRA, 2003, p. 137), na medida em que se fundem nesta modalidade de trabalho mais valia relativa e mais valia absoluta.

Com base nessas indicações, busca-se neste artigo discutir sobre a informalidade do trabalho no Maranhão, considerando expressões atuais nos marcos do modelo de desenvolvimento dependente adotado e levado a cabo pelo Estado, cuja dinâmica contrasta elevadas taxas de produtividade do capital, sobretudo nos setores da produção industrial mínero-metalúrgica e do agronegócio, com o agravamento do quadro socioeconômico precário já existente. As transformações processadas, portanto, não geraram o aumento do emprego e da renda global, na medida em que aumentaram a geração da riqueza social pautada na superexploração do trabalho e na desestruturação das bases tradicionais da economia no Estado, elevando a concentração da riqueza produzida, a desigualdade, a pobreza e, conseqüentemente, favorecendo o desenvolvimento da informalidade do trabalho, modalidade que se reafirma como tendência histórica, com a maior concentração da força de trabalho nesse Estado.

2 SOBRE A INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO

O processo de informalização do trabalho é intensificado no Estado do Maranhão no quadro das transformações processadas, desde a segunda metade da década de 1970, nos marcos do "modelo autocrático burguês de transformação capitalista" (FERNANDES, 1987) para o Brasil e em particular para a Amazônia, que "não rompem, antes reconfiguram e aprofundam, no país, e em particular na sociedade maranhense a heterogeneidade estrutural dos processos econômicos" (ABREU, 2007, p. 3).

Reitera-se o ponto de vista que norteia este estudo de que nesse período ocorre a inserção desta unidade da federação na rota do capital mundial, mediante dois processos fundamentais: um que se refere à sua inclusão no setor da produção industrial mínero-metalúrgica do Programa Grande Carajás, como espaço de transformação do minério de ferro extraído da Serra de Carajás no Pará em ferro gusa e escoamento para o mercado externo através do Porto da Madeira, localizado em São Luís, capital desse Estado, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje VALE; e da alumina e alumínio a partir da extração da bauxita no Rio Trombetas no Pará pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR)[1] com escoamento via Porto construído por esta empresa na confluência do Estreito do Coqueiro com o Rio dos Cachorros em São Luís. Estas duas empresas de porte transnacional são as principais referências da expansão industrial mínero-metalúrgica no Maranhão, mediante um conjunto de atividades produtivas e uma ampla logística, compondo o quadro complexo e heterogêneo da reconfiguração das condições e relações do trabalho nesse setor, com profundas implicações na relação campo e cidade. O outro processo diz respeito à expansão do agronegócio (na região Sul do Estado inicialmente), avançando na região do semi-árido (ABREU, et al. 2010).

Tais processos geram grandes transformações econômicas, político-institucionais, culturais e sócio-espaciais e desestruturam as formas históricas de produção e trabalho do Estado, sustentadas na agricultura de subsistência, causando, dentre outros problemas: o êxodo rural e a concentração da população nos meios urbanos. Trata-se de um modelo econômico que ao mesmo tempo desestrutura e reestrutura, em sua dinâmica destrutiva, os setores considerados tradicionais, que incluem, principalmente, a agricultura de subsistência

e formas de trabalho identificadas como "não capitalistas ou quase capitalistas, como pequenos empreendimentos que proliferam nas periferias urbanas" (ARCANGELI,1995, p. 137) e pólos considerados modernos, também com uma diversidade de empresas capitalistas, com setores de baixa e de altíssima produtividade, inclusive com caráter de enclave.

Essa heterogeneidade estrutural que marca os processos econômicos no Maranhão é aprofundada com as transformações ocorridas a partir dos anos 1990, em meio ao movimento de reestruturação do capital no país, em que a reforma do aparelho administrativo do Estado, nesta unidade da federação, e as alterações na legislação trabalhista[2] mantém a baixa estruturação do mercado de trabalho, realidade onde o assalariamento jamais se generalizou e os níveis de informalidade sempre foram altíssimos. Contribui para aumentar ainda mais o contraste inerente ao modelo de desenvolvimento econômico adotado no Estado, centrado no crescimento industrial e no agronegócio como dito anteriormente, com uma produção para a exportação com baixíssima absorção da força de trabalho, sobretudo, dos segmentos que perderam as suas referências históricas de trabalho, como os trabalhadores rurais que permanecem no campo ou que migram para a cidade.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD) (IBGE, 2007) evidenciam que a população economicamente ativa (PEA) no Maranhão é de 3 milhões de trabalhadores e desses 93,6%(2,8 milhões) encontra-se ocupado e assim distribuído: 39,5% na agricultura, 6,6% na indústria, 6% na construção, 17,2% no comércio, 22,8% no setor de serviços, 4,2% na administração pública e 3,3% em outras atividades. Deste total, 61,1% dos trabalhadores ocupados desenvolvem atividades sem carteira assinada e apenas 38,9% estão inscritos no mercado de trabalho de forma legal, com carteira assinada, ou algum tipo de proteção. Apenas 24,9% desses trabalhadores ocupados contribuem para a previdência. Além disso, os dados sobre a remuneração da força de trabalho, na PNAD (IBGE, 2007), mostram que 88,2% da força de trabalho ou não recebem nenhum rendimento, ou recebem até 2 salários mínimos.

Estes indicadores são elucidativos de que permanece o baixo percentual da força de trabalho plenamente assalariada, como registrou a análise de Arcangeli (1995) referente ao período 1970-1990. Este autor, embora trabalhando com outros indicadores, demonstra que, no período assinalado, o Maranhão contava com 2,4 milhões de trabalhadores, sendo que a *força de trabalho de reserva*[3] representava 87% desse total, ou seja, 2,1 milhões de trabalhadores, enquanto apenas 7%, ou seja, 178.081 trabalhadores referiam-se à força de trabalho autônomo e 6% correspondente a 143.905 trabalhadores compunham da força de trabalho plenamente assalariada.

Segundo Arcangeli (1995), a força de trabalho plenamente assalariada trata-se de assalariados "completos" de empresas capitalistas, quase capitalistas e do setor público, que, em geral, o seu rendimento direto e indireto é igual ou supera o valor correspondente ao necessário para a reprodução "normal" da força de trabalho.

Assim, com base na análise de Arcangeli (1995) e nos dados extraídos da PNAD (IBGE, 2007), pode-se perceber que é reiterada a baixa porcentagem de trabalhadores plenamente assalariados, em relação ao alto nível de ocupação dos trabalhadores do Estado, e que, ao ser cruzada com os dados da renda, mostra o imenso contingente de trabalhadores que exercem trabalhos precários, informais, autônomos, que não lhes asseguram nem mesmo a sua reprodução normal como força de trabalho, na medida em que não estão plenamente assalariados nem desempregados; além de retratar que a situação para a classe trabalhadora agrava-se cada vez mais, tendo em vista o aprofundamento dessa realidade, verificado entre os anos de 1990 e 2006.

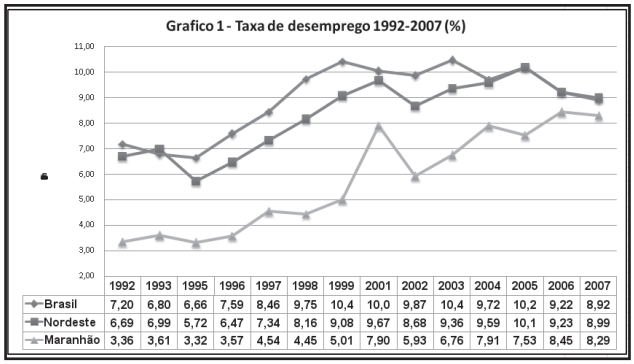
Também chama atenção a inexpressiva participação da indústria na absorção da mão-de-obra que se manteve relativamente na mesma proporção durante o período estudado, passando de 6 à 6,6% entre 1990 e 2006, principalmente quando se considera que a indústria é um dos setores que mais receberam incentivo e investimentos estatais nas últimas três décadas e que claramente não se converteram em ganhos sociais, como a geração de emprego e elevação da renda, pelo menos não na mesma proporção dos investimentos direcionados direta e indiretamente para o setor.

O setor da agricultura ainda é o que mais emprega no Estado do Maranhão, ocupando cerca de 39,5% da força de trabalho, seguido pelos setores dos serviços com 22,8% e comércio com 17,2%. Setores estes que, segundo estudos do IPEA[4] (2005), são os que possuem maior grau de informalidade[5] no Brasil, cerca de 85,5% na agricultura, 51,3% nos serviços e 55,5% no comércio.

De acordo com os estudos realizados e os dados obtidos no processo de pesquisa, também foi possível constatar que o desemprego no Maranhão, conforme dados do IPEADATA, pulou de 3,3% em 1992, para 5% em 1999 e, em 2007, encontrava-se em torno de 8,3%.

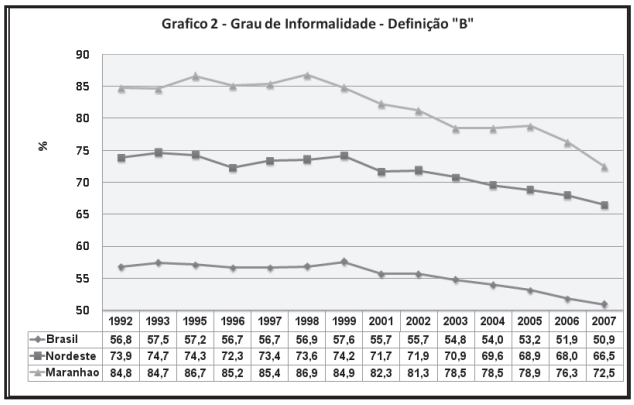
Já os níveis da informalidade no Brasil, conforme o gráfico 2, mantêm-se acima dos 50% por todo o período estudado, marcando

56,8% em 1992, 55,7% em 2002 e, em 2007, encontra-se em torno de 50,9%. No Maranhão, estes níveis de informalidade são extremos, pois registravam 84,8% em 1992, 81,3% em 2002 e 72,5% em 2007.



	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	7,20	6,80	6,66	7,59	8,46	9,75	10,4	10,0	9,87	10,4	9,72	10,2	9,22	8,92
Nordeste	6,69	6,99	5,72	6,47	7,34	8,16	9,08	9,67	8,68	9,36	9,59	10,1	9,23	8,99
Maranhão	3,36	3,61	3,32	3,57	4,54	4,45	5,01	7,90	5,93	6,76	7,91	7,53	8,45	8,29

Gráfico 1 - Taxa de desemprego 1992-2007 (%)
Construção própria – baseada nos dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadata.gov.br.



	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	56,8	57,5	57,2	56,7	56,7	56,9	57,6	55,7	55,7	54,8	54,0	53,2	51,9	50,9
Nordeste	73,9	74,7	74,3	72,3	73,4	73,6	74,2	71,7	71,9	70,9	69,6	68,9	68,0	66,5
Maranhao	84,8	84,7	86,7	85,2	85,4	86,9	84,9	82,3	81,3	78,5	78,5	78,9	76,3	72,5

Gráfico 2 - Grau de informalidade - Definição "B"
Construção própria – baseada nos dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadata.gov.br.
* De acordo com estudos do IPEA, de Ramos e Ferreira (2005). Texto para discussão 1099, PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE NO BRASIL – 1991-2003. Disponível em www.ipea.gov.br, a definição "B" é calculada da seguinte forma: (trabalhadores sem carteira+conta-própria+não-remunerados)/ (trabalhadores protegidos+trabalhadores sem carteira+conta própria+não remunerados+empregadores).

Também verificam-se, através do gráficos 2, que, a partir de 1998, no Maranhão, e de 1999, na região Nordeste e no Brasil, os números da informalidade, da forma como são captados, começam a apresentar reduções. Porém, conforme Barbosa (2006), mesmo nos casos de índices de crescimento de emprego formal, é precária a qualidade das vagas. Segundo a referida autora, 7 em cada 10 trabalhadores que ingressaram com carteira de trabalho entre janeiro e junho de 2004 o fizeram recebendo entre meio e 2 salários mínimos.

Segundo o DIEESE, baseado no CAGED do Ministério do Trabalho, essa é a característica dos 1,034 milhões de empregos criados no Brasil no primeiro semestre de 2004. Em termos de qualidade, pode-se dizer que a situação tem sido progressivamente desfavorável ao trabalhador, já que, em 2002, 68% ganhavam até 2 salários mínimos, em 2003 alcançou o patamar de 71,93% e, em 2004, atingiu o percentual de 72,13%. (BARBOSA, 2006, p.96).

Segundo dados do IMESC (2008, p. 29), referentes à contratação da força de trabalho no Maranhão, verifica-se que, no período de 2006 a 2008, foram criados 92.147 postos de trabalho em todo o Estado, sendo que apenas 33,7 mil, ou seja, 36,7% com carteira assinada, o que é forte indicativo da situação de precariedade do trabalho no Estado.

Reafirma-se que os dados aqui expostos reiteram a precariedade e a fragilidade do trabalho nesse Estado e que, ao longo dos anos 1990 e 2000, essa situação tem se agravado, mostrando a persistência da baixa remuneração do trabalho, bem como da permanência desses trabalhadores em setores pouco estruturados e com altos índices de informalidade como é o caso do setor agrícola, de serviços e do comércio em geral.

3 PROGRAMAS DE EMPREGO E RENDA E IMPLICAÇÕES SOBRE A INFORMALIDADE DO TRABALHO

A implementação de um novo modelo econômico no Brasil, pautado nas políticas neoliberais a partir da década de 1990 e seus desdobramentos, como dito anteriormente, aprofundam o desemprego estrutural e a informalidade do trabalho no Brasil e no Maranhão.

O Estado com a retórica de combate ao desemprego implementa programas de geração de emprego e renda, principalmente a partir da criação e definição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) como fonte de recursos para o financiamento de tais programas. Os principais programas implementados durante o período foram o Seguro Desemprego, a Intermediação de mão-de-obra, o Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor), O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), o Programa de Emprego (Proemprego) e as iniciativas de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A respeito desses programas, Pochmann (2006) ressalta que eles aprofundam a fragmentação das ações em diversas instituições, sem coordenação, com maior pulverização de recursos e ainda reduzida escala de cobertura. Todas com um alto grau de desarticulação e desperdícios, baixa eficácia e pequena eficiência. (POCHMANN, 2006).

Além desses graves problemas, o referido

autor ainda mostra que há um baixo dispêndio de recursos com políticas de emprego em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Segundo ele,

> Em 1995, quando o desemprego atingiu 4,5 milhões de trabalhadores, o governo federal comprometeu 0,62% de todo o PIB com políticas de emprego, [...]. Cinco anos depois quando o IBGE registrou a presença de 11,5 milhões de desempregados no Brasil, o governo federal gastou 0,89% do PIB [...]. Entre 1995 e 2000, o desemprego cresceu 155,5% com incorporação de mais de 7 milhões de novos desempregados. Para o mesmo período de tempo, os recursos utilizados nas políticas de emprego cresceram 64,7% com adicional de 4,1 bilhões de reais (POCHMANN, 2006, p. 35-36).

Além disso, quando se relaciona o volume de recursos públicos das políticas de emprego com o número de desempregados entre 1995 e 2000, observa-se uma queda relativa de 35,2% nos gastos com programas para o mercado de trabalho. Os gastos reais médio das políticas de emprego em relação ao total de desempregados caíram de 1.410,40 reais, em 1995, para 913,40 reais, em 2000 (POCHMANN, 2006).

No Maranhão, os programas de emprego e renda são estruturados, principalmente, sobre a qualificação profissional, intermediação de emprego, programas de geração de emprego e renda, seguro-desemprego, economia solidária e combate ao trabalho escravo e/ou degradante. Os principais programas implementados são estruturados a partir das políticas de nível nacional e primam principalmente pela "empregabilidade" ou se baseiam na idealização do "empreendedorismo" e colocam-se como alternativa à falta de empregos.

O órgão responsável pela implementação desses programas é a Secretaria Estadual do Trabalho e Economia Solidaria (SETRES), criada em 2006, tendo como objetivo, conforme o Plano Prurianual (PPA) 2004/2007, "propiciar o acesso da população economicamente ativa do Estado às iniciativas de trabalho e renda adequadas às exigências do mercado". Antes da criação da SETRES, essas políticas ficavam a Cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), a qual, antes de 2004, era denominada Gerência de Desenvolvimento Social (GDS).

Com base no documento de Avaliação do PPA 2004/2007, referente ao ano de 2006, constata-se que 5.689 trabalhadores foram colocados no mercado formal de trabalho, 3.404 trabalhadores, qualificados e/ou capacitados e 24.387 trabalhadores, habilitados ao seguro desemprego. No que se refere ao ano de 2007, 4.685 trabalhadores foram colocados no mercado formal de trabalho em 11 municípios, 3.563 trabalhadores capacitados em 63 municípios, 28.249 trabalhadores, habilitados ao seguro desemprego em 8 municípios, 1.868 postos de trabalho gerados em apoio à economia solidária em 16 municípios. Na Avaliação do PPA 2008/2011, referente a 2008, 7.038 trabalhadores foram colocados no mercado formal de trabalho, 3.418 trabalhadores, qualificados e/ou capacitados e 32.276 trabalhadores, habilitados ao seguro desemprego.

A partir desses números e considerando o alcance dos programas em relação à dimensão dos desocupados no Estado, nos seus respectivos anos, além da quantidade de pessoas em situações que não contam com as condições para sua "reprodução normal", tem-se que os resultados acima mencionados revelam-se irrelevantes, pois não conseguem atingir uma fração significativa do público que delas necessita, mostrando a ineficiência dos programas em relação às suas metas e objetivos.

Ao se considerar os programas em termos qualitativos, não se consegue verificar em nenhum deles o compromisso com a geração de emprego ou mesmo com melhoria das condições de inserção no mercado de trabalho para os trabalhadores beneficiários, tendo em vista toda a gama de problemas apresentados na sua implementação: pouca eficácia dos processos de gestão, de divulgação das informações, da seleção dos beneficiários e executores, bem como da capacitação dos técnicos e das entidades parceiras, dentre outros mencionados no relatório de avaliação externa desses programas, realizada pelo Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP/UFMA), (SILVA, 2003).

Assim o que se verifica é que os programas de emprego e renda no Estado do Maranhão, sob a flexibilização do trabalho, respondem à necessidade do capital, enquanto medidas residuais, localizadas e compensatórias, na perspectiva da "empregabilidade" do trabalhador e do "empreendorismo", atendem aqueles que estão em situações mais precárias dentro (ou fora) do precário mercado de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se o ponto de vista de que a informalização do trabalho faça parte da estratégia do capital para reduzir custos da produção e da reprodução da força de trabalho. Através da informalidade do trabalho, o capital intensifica a expropriação do trabalho excedente, na medida em que favorece a tendência de ampliação (plenitude) do trabalho abstrato, como assinala Oliveira (2003). A informalidade é cada vez mais utilizada pelas empresas capitalistas, seja nas formas de

terceirização, da utilização de cooperativas, do trabalho domiciliar ou mesmo da criação de mecanismos onde são criadas situações de informalidade, visando sempre ampliar a parte de trabalho não pago e, assim, aumentar a valorização do capital.

No Maranhão, esta modalidade reafirma-se e aprofunda-se a partir dos anos 1990 como tendência histórica, com a maior concentração da força de trabalho.

Sobre as políticas públicas de emprego e renda implementadas e sua relação com a informalidade, pode-se constatar que, a partir da década de 1990, o Estado passa a ver o informal como um campo de possibilidades, principalmente para a amenização da crise do emprego e para a elevação da renda da população e controle da pobreza.

Assim as políticas e programas implementados direcionam-se para a chamada elevação da empregabilidade, seja em resposta ao entendimento de que os altos níveis de desemprego decorrem da falta de qualificação dos trabalhadores, seja na perspectiva da promoção do autoemprego via incentivos ao empreendedorismo que nada mais é que um forte incentivo à informalidade do trabalho.

NOTAS

[1] O Consórcio ALUMAR tem como acionistas "a ALCOA Alumínio-SA, ALCAN Alumínio do Brasil S/A e a Billiton Metais" (DURANS 2008).

[2] O governo, desde a adoção do Plano Real, promoveu sensíveis mudanças por meio de projetos de leis, leis complementares, medidas provisórias, portarias, entre outras modalidades de ação que promoveram uma flexibilização ainda maior na alocação do trabalho (trabalho por prazo determinado, flexibilização da legislação para a formação de cooperativas, suspensão temporária do contrato de trabalho, flexibilização da legislação existente sobre o trabalho por tempo parcial e trabalho temporário). Além disso, introduziram a flexibilização no tempo de trabalho e na remuneração (banco de horas, liberação dos trabalhos aos domingos e remuneração variável – PLR).

[3] Segundo Arcangeli(1995), nessa força de trabalho de reserva, encontra-se não somente aqueles trabalhadores cuja sobrevivência depende unicamente da sua força de trabalho e que são subempregados ou desempregados, mas também todos os produtores pobres da "pequena produção mercantil" agrícola e urbana que, mesmo tendo acesso a algum tipo de meio de produção, não logram alcançar níveis de rendimento capazes de garantir sua reprodução "normal". Para o autor, a reprodução normal da força de trabalho diz respeito a uma reprodução "dentro de um limite mínimo de sobrevivência, que inclui a reprodução biológica e a reprodução social, em condições econômicas e sociais historicamente determinadas". Para maiores esclarecimentos, ver nota de rodapé 6, 7, 8 das páginas 30,31 e 32 de Arcangeli(1995).

[4] Mais precisamente o Texto para discussão 1099 de Ramos e Ferreira(2005) - padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003. Disponível em www.ipea.gov.br.

[5] *O Grau de informalidade* usado foi o da metodologia B. De acordo com o estudo do IPEA citado, tem-se 3 formas de calcular o grau de informalidade: Definição B: (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não-remunerados)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta própria + não-remunerados + empregadores).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. *Tendências das relações de trabalho no contexto da expansão capitalista no maranhão.* São Luís: UFMA/DESES, 2007. Projeto de Pesquisa.

ABREU, et al. *Metamorfoses do trabalho no processo contemporâneo de expansão capitalista no Maranhão.* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13. Comunicação Oral... São Luís: GSERMS/ UFMA, 2010.

ALVES, Maria Aparecida. TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006. cap.19, p.425-444.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* 5 ed. Campinas: Cortez; Editora da Unicamp, 1998.

____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006.

ARCANGELI, Alberto. Força de trabalho e subdesenvolvimento: o caso do Maranhão. *Revista de Políticas Públicas,* São Luís, jan./dez., 1995.

BARBOSA, Rosangela Nair de carvalho. Economia solidaria: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e YASBEK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* São Paulo; Cortez, 2006.

DURANS, Cláudia Alves. *Limites do sindicalismo e reorganização da luta social:* um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*.Rio de Janeiro:Guanabara, 1987.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicilio – PNAD, 1992-2008*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

IMESC. *Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão:* nova série 2002 a 2005. São Luís: SEPLAN, 2008.

IPEADATA. *Banco de dados estatísticos ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2009.

MARANHÃO. *Avaliação do PPA 2004/2007 - Exercício 2006 e 2007.* Disponível em: <http://www.seplan.ma.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

MARANHÃO. *Avaliação do PPA 2008/2011 – Exercício 2008.* Disponível em: <http://www.seplan.ma.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2009.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Critica a razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Cortez, 2006.

PORTO, Marcos André. *A expansão das atividades informais em São Luís e a política pública de trabalho:* rupturas e continuidades. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. *Texto para Discussão 1099:* padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003. IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. et al. *Relatório geral referente à avaliação externa das políticas de assistência social, habitação e trabalho desenvolvidas pela gerência de desenvolvimento social–GDS*. São Luís: GAEPP/UFMA, 2003.